

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva da Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2013, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2014.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

## 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

#### 2.2 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

## 2.3 Conversão de moeda estrangeira

## (a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

#### (b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

#### 2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

#### 2.5 Ativos financeiros

## 2.5.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

## 2.5.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

## (i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de cobertura definidos pelo CPC 38/IAS 39.

#### (ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas a receber de clientes e partes relacionadas, demais recebíveis", "Caixa e equivalentes de caixa" e caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento. Pelo fato da carteira de clientes estar concentrada em seus acionistas, o risco de crédito é considerado nulo e, desta forma, a Companhia não constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa.

#### 2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 2.5.4 Impairment de ativos financeiros

#### Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde a diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Caso em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

#### 2.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. A Companhia optou por não aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (hedge accounting).

#### 2.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes e partes relacionadas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

## 2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado de aquisição, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

#### 2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

#### 2.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação/amortização acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos. Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:



# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	Vida útil média
%	(em anos)
7,14	14
4,00	25
4,17	24
8,33	12
12,50	8
25,00	4
3,33	30
10,00	10
20,00	5
10,00	10
10,00	10
20,00	5
10,00	10
	7,14 4,00 4,17 8,33 12,50 25,00 3,33 10,00 20,00

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### 2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### 2.12 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 2.13 Passivos financeiros

#### 2.13.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

## 2.13.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

## (i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge accounting* definidos pelo CPC 38 – Derivativos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

## (ii) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 2.16 Benefícios a empregados

#### Beneficios de aposentadoria e outros beneficios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, conforme Lei 9.656/98 e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da referida lei. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

#### Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

#### 2.17 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamentos mercantis financeiros de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor. A Companhia não possui atualmente contratos com a natureza de arrendamento mercantil financeiro.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

#### 2.18 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a MRS e seus clientes.

## 2.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

#### 2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

## Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas são transportadas, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

## Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

#### Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

#### 2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 2.22 Normas novas, interpretações de normas e leis que ainda não estão em vigor

#### 2.22.1 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- . IFRIC 21 "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.
- . IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e alterado em outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

# 2.22.2 Leis, alterações de leis e medidas provisórias que ainda não estão em vigor

- . Lei nº 12.844/2013 Desoneração da folha de pagamento Em edição extra do Diário Oficial da União, do dia 19 de julho de 2013 foi sancionada pela Presidente, a Lei nº 12.844/13 que desonera a folha do pagamento do setor ferroviário de cargas, válida para o ano de 2014. A partir de janeiro de 2014, o valor da contribuição previdenciária INSS será calculado com base na receita bruta, excluindo-se as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos e contabilizado no resultado de cada mês como deduções de vendas.
- . Medida Provisória 627/2013 No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

As disposições previstas nesta MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A administração da Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que não haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC e leis que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

## 3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

## 3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

## (a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido com base no prazo e nível prováveis de lucros tributáveis futuros.

## (b) Benefícios de aposentadoria e assistência médica

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego e previdência complementar são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### (c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## (d) Provisão para desativação de ativos

A Companhia provisiona os custos de desativação de fixação das torres de transmissão para uso no sistema de licenciamento de trens da Ferrovia do Aco.

Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto e ao custo esperado para a futura desativação e remoção das torres.

## (e) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

# (f) Cálculo da depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizado incluem as estimativas das vidas úteis. Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	4.494	2.555
Aplicações financeiras		
No país:		
CDB	219.130	148.522
Operações compromissadas	205.421	148.935
	424.551	<b>297.45</b> 7
No Exterior:		
Time deposit		4.953
	<u>-</u>	4.953
Total das aplicações financeiras	424.551	302.410
Caixa e equivalentes de caixa	429.045	304.965

Do total de R\$424.551 (R\$302.410 em 31 de dezembro de 2012) das aplicações, têm-se:

- (i) R\$424.551 (R\$297.457 em 31 de dezembro de 2012) aplicados em títulos emitidos por bancos no Brasil. Deste total, as aplicações que não possuem liquidez imediata estão sujeitas ao prazo máximo de 9 dias de carência, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira. Essas aplicações são em CDB e operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários CDI, encontrando-se na faixa entre 99,00% e 103,00%.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possuía aplicação no exterior. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da aplicação disponível no exterior era de R\$4.953, correspondente a um depósito a prazo com remuneração média de 0,25% ao ano.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é efetuado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e considerando também as taxas futuras de papéis similares. Os valores justos estão divulgados na nota explicativa 28.

#### 5. Caixa restrito

O caixa restrito refere-se à aplicação financeira vinculada aos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - (BNDES), relativos ao Financiamento a Empreendimentos - (FINEM) e ao Documento de Utilização do Limite de Crédito (DULC), sendo parte da garantia da operação.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Esta aplicação, no montante de R\$42.034 (R\$26.550 em 31 de dezembro 2012), está lastreada em debêntures (operação compromissada realizada com bancos no Brasil) com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários — CDI entre 75,00% e 101,00%.

#### 6. Contas a receber de clientes

O contas a receber de clientes no valor de R\$73.131 em 31 de dezembro de 2013 (R\$24.574 em 31 de dezembro de 2012) está representado basicamente pelos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário.

O aumento de R\$48.557 em 2013 deve-se, basicamente, a multas contratuais (*take or pay*), no valor de R\$45.445, correspondendo a diferença entre o volume transportado e a meta de volume mínimo contratado.

#### 7. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladoras, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos. A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

#### - Ativo

	Contas a receber	
	2013	2012
Vale S.A. ("Vale")	72.315	79.491
Companhia Siderúrgica		
Nacional ("CSN")	28.625	36.298
MINERAÇÃO USIMINAS S.A.		
("MINERAÇÃO USIMINAS")	18.067	7.208
NACIONAL MINÉRIOS S.A.		
("NAMISA")	8.827	19.547
Usinas Siderúrgicas de Minas		
Gerais S.A. ("USIMINAS")	4.773	35.749
GERDAU S.A. ("GERDAU")	3.183	3.646
OUTROS	<u> </u>	54
	135.790	181.993
		_



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A redução nas contas a receber com partes relacionadas em 2013 deve-se, basicamente, ao menor volume de provisões de *take or pay*, gatilho e *block rates*.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

#### - Passivo

	Dividendos a pagar		Passivo con relacion	1
	2013	2012	2013	2012
VALE / MBR	49.130	46.059	256	4.051
CSN	30.369	28.470	294	1.716
MINERAÇÃO USIMINAS	=	_	-	675
NAMISA	11.740	11.006	158	158
USIMINAS	-	-	7.266	27
GERDAU	1.400	1.313	873	536
USIMINAS				
PARTICIPAÇÃO E				
LOGÍSITICA S.A. (UPL)	11.894	11.150	-	-
OUTROS	7.112	6.676	-	-
• •	111.645	104.674	8.847	7.163

#### - Resultado

	Receita de serviços (*)		Outras receitas (**)		Outras despesas	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
VALE	1.417.319	1.413.046	2.722	1.586	688	219
CSN	554.330	376.175	9.454	3.933	62	128
MINERAÇÃO USIMINAS	208.349	195.368	2.206	338	-	-
NAMISA	195.463	409.499	1.766	1.668	-	257
USIMINAS	124.872	176.058	797	34.240	1.368	-
GERDAU	92.340	67.514	25.714	21.721	-	-
OUTROS	494	645				
	2.593.167	2.638.305	42.659	63.486	2.118	604

<sup>(\*)</sup> Apresentada bruta de impostos.

<sup>(\*\*)</sup> Referem-se basicamente aos serviços prestados de manutenção de terminais ferroviários, soldagem e transporte de trilhos, além de cessão de imóvel, venda de sucata e multa contratual (*take or pay*).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### Pessoal chave da administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	2013	2012
<u>Curto prazo</u>		
Honorários e encargos	6.847	5.910
Bônus	6.700	4.383
Outros benefícios	166	126
<u>Longo prazo</u>		
Planos de previdência	219	204
Incentivos de longo prazo	5.436	
	19.368	10.623

#### 8. Outras contas a receber

	2013	2012
Títulos a receber	2.524	3.605
Demais contas a receber	55.189	8.134
	<u>57.713</u>	11.739
Circulante	56.345	10.071
Não Circulante	1.368	1.668

## Títulos a receber

O valor de R\$2.524 (R\$3.605 em 31 de dezembro de 2012) de títulos a receber representa o saldo restante dos precatórios adquiridos em 2010 e utilizados em março de 2011 para quitar débitos à vista referentes ao ICMS RJ. A redução de R\$1.081 é decorrente de redução do valor recuperável destes títulos em 31 de dezembro de 2013.

#### Demais contas a receber

O valor de R\$55.189 é composto, basicamente, pelo registro decorrente de sentença favorável em processo envolvendo o Poder Concedente sobre valores pagos a maior nas atualizações das parcelas trimestrais da concessão e arrendamento em função da metodologia de cálculo da correção monetária aplicada às parcelas pagas entre outubro de 1997 a abril de 2001 (variação IGP-DI acumulada versus variação IGP-DI mensal), confirmada em sede de recurso, conforme certidão de trânsito em julgado emitida em 08 de agosto de 2013, pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1254786/RJ. O valor de principal, no montante de R\$11.136, foi registrado como "Outras receitas operacionais" e R\$36.744 de correção monetária e juros como "Receitas financeiras". Atualmente, o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença e, neste momento, aguarda-se a manifestação da União sobre petição em que a Companhia apresentou o cálculo do valor a ser pago.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

O restante das demais contas a receber no valor de R\$7.309 (R\$8.134 em 31 de dezembro de 2012) é composto por valores a receber decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, aluguéis e outros valores não relacionados ao serviço de fretes ferroviários.

#### 9. Estoques

	2013	2012
Peças para manutenção de locomotivas	59.401	87.723
Peças para manutenção vagões	15.642	19.914
Materiais de via permanente	8.709	10.241
Importações em andamento	9.245	3.855
Materiais de manutenção eletrônica	6.687	6.713
Combustíveis	1.605	1.241
Suporte técnico	6.528	5.984
Outros	6.373	9.670
Provisão por obsolescência	(7.263)	
	106.927	145.341

Os itens incluídos neste grupo correspondem a materiais que serão utilizados, principalmente, em serviços de manutenção própria e de recuperação de componentes que serão aplicados posteriormente nas manutenções. Estes materiais se encontram valorados pelo custo médio ponderado de aquisição, líquido da provisão por obsolescência, que em 31 de dezembro de 2013 totalizava R\$7.263.

A partir de 1º de janeiro de 2013 as peças para manutenção de locomotivas e vagões que possuem uso esperado superior a um exercício contábil e cujo valor unitário seja igual ou superior a R\$3, passaram a ser reconhecidas em sua totalidade, como itens de imobilizado, que representam, em 31 de dezembro de 2013, um saldo de R\$8.757 (R\$5.783 em 31 de dezembro de 2012).

A redução de R\$38.414 nos estoques de 31 de dezembro de 2013, em relação a 31 de dezembro de 2012, deve-se a: (i) baixa de materiais obsoletos, sucatas e excesso de estoque, que foram destinados à venda, no valor de R\$11.656, decorrente, principalmente, da substituição de locomotivas cremalheiras que também se tornaram obsoletas e que pertencem ao Poder Concedente; (ii) de outros materiais de manutenção obsoletos e que foram destinados à venda, ainda em 2013, no valor de R\$2.314; (iii) R\$7.263 de provisão para perda de estoque de materiais obsoletos e que também serão destinados a venda no exercício de 2014; e (iv) R\$17.181 devido a uma gestão mais eficiente dos estoques, visando liberar capital de giro e mantendo os índices de atendimento à manutenção.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 10. Tributos a recuperar

	2013	2012
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços –		
ICMS	126.802	149.971
PIS/COFINS a recuperar	71.322	57.506
Imposto de renda retido na fonte	11.001	7.535
IRPJ/CSLL a compensar	17.251	247
Outros	380	472
	226.756	215.731
Circulante	140.424	85.683
Não circulante	86.332	130.048

#### **ICMS**

O saldo de ICMS a recuperar do ativo circulante e não circulante refere-se aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 é de R\$81.917 e R\$44.885 (R\$56.855 e R\$93.116 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente.

Em 03 de janeiro de 2012, foi concedido Regime Especial pela Secretaria de Estado de Fazenda do Estado de Minas Gerais, de acordo com o Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, autorizando a transferência de crédito acumulado de ICMS, no valor de R\$72.881, para empresa Usiminas Mecânica S.A., a título de pagamento pela aquisição de vagões durante os anos de 2013 e 2014. A transferência deste crédito se dará conforme cronograma de entrega dos vagões, sendo que o Regime Especial possui validade até 31 de maio de 2014, prorrogáveis mediante solicitação da Companhia, desde que esta continue atendendo às disposições da legislação tributária do Estado.

A variação de R\$23.169 no ano de 2013 deve-se em parte a: (i) redução por transferência de crédito acumulado de ICMS-MG, no valor de R\$22.999, conforme mencionado acima; (ii) redução de R\$13.563 decorrente da constituição da provisão para perda de créditos não recuperáveis; e (iii) aumento de R\$13.393 decorrente de um maior volume de compras com crédito do imposto realizado no período.

A projeção para aproveitamento dos créditos de ICMS nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	20.226	40.856
ICMS - SP	11.817	15.999
Total circulante	32.042	<b>56.</b> 797



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	Saldo credor em	Utilização dos créditos ICMS				Saldo credor	
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	após 2018
ICMS - RJ	20.226	(5.180)	(9.604)	(5.442)	-	-	-
ICMS - SP	11.817		(1.409)	(4.180)	(5.435)	(793)	
Saldo credor	32.042	(5.180)	(11.013)	(9.622)	(5.435)	(793)	

## PIS/COFINS a recuperar

O saldo de PIS e COFINS a recuperar no valor de R\$29.875 e R\$41.447 em 31 de dezembro de 2013 (R\$20.574 e R\$36.932 em 31 de dezembro de 2012) no circulante e não circulante, respectivamente, refere-se, principalmente, ao crédito de bens do ativo fixo que se recupera em 48 parcelas. Em 2013, a Companhia realizou levantamento de créditos extemporâneos de insumos referente ao ano de 2008 no valor de R\$5.122, sendo que os mesmos foram utilizados nos pagamentos de PIS e COFINS em dezembro de 2013.

## <u>Imposto de renda retido na fonte</u>

O montante de R\$11.001 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.535 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos - swap.

## IRPJ/CSLL a compensar

O saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no valor de R\$17.251 em 31 de dezembro de 2013 refere-se, basicamente, ao benefício do P&D (Lei do Bem) do ano de 2012 que foi reconhecido no exercício de 2013, após divulgação das empresas beneficiadas pelo MCTI (Ministério da Ciência e Tecnologia). Este valor será utilizado para compensar parte do pagamento desses tributos em janeiro de 2014.



# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

# 11. Imposto de renda e contribuição social

## (a) Tributos sobre o lucro

	2013	2012
Lucro antes do imposto de renda e da		(-, , , , (
contribuição social	718.701	674.036
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	244.358	229.172
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	4.926	4.793
Ajuste de estoque	1.793	2.473
Despesas com doações	976	1.100
Perda com investimento audiovisual	180	419
Despesa com projeto empresa cidadã	190	122
Bônus da diretoria executiva	1.897	1.308
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Esporte e Audiovisual)	(8.234)	(6.470)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.235	-
Perda de ICMS indedutível	1.246	5.616
Outros	3.643	225
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	249.284	233.965
Corrente	158.271	139.038
Diferido	91.013	94.927
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	249.284	233.965
Alíquota fiscal efetiva total	34,68%	34,71%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	22,02%	20,63%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	12,66%	14,08%



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## (b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2013		2012			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Ativo						
Provisão contingências	27.525	9.909	37.434	29.342	10.563	39.905
Provisões diversas	13.095	4.714	17.809	11.537	4.153	15.690
Provisão perda ativos	8.071	2.906	10.977	212	76	288
Provisão perda ICMS	3.391	1.221	4.612	897	323	1.220
Provisão plano de saúde	1.019	367	1.386	3.043	1.096	4.139
Outros	89	32	121	607	220	827
Total ativo	53.190	19.149	72.339	45.638	16.431	62.069
Passivo						
Depreciação	120.320	43.315	163.635	87.330	31.439	118.769
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	89.865	_	89.865	64.005	-	64.005
Capitalização de juros	20.130	7.247	27.377	13.477	4.851	18.328
Instrumentos financeiros derivativos - swap	12.720	4.579	17.299	6.354	2.287	8.641
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	10.302	3.645	13.947	238	6	244
Ganho passivo atuarial plano de saúde	2.379	856	3.235	-	-	-
Outros	388	140	528	1.016	366	1.382
Total passivo	256.104	59.782	315.886	172.420	38.949	211.369
Total líquido	202.914	40.633	<b>243.54</b> 7	126.782	22.518	149.300
*		. 00	10 0 1/			170

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2013	2012
Em 1º Janeiro	149.300	<b>54.</b> 37 <b>2</b>
Provisão contingências	2.472	(6.079)
Provisões diversas	(2.119)	(736)
Provisão ganhos/perdas financeiras	10.673	(68)
Provisão plano de saúde	2.753	841
Provisão perda ativos	(10.688)	959
Provisão perda ICMS	(3.391)	6.853
Depreciação	44.866	42.372
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	25.860	39.258
Capitalização de juros	9.049	7.840
Derivativos	(2.015)	2.918
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.235	-
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012/2013	13.702	(76)
Outros	(148)	846
Em 31 de Dezembro	243.547	149.300

#### 12. Despesas antecipadas

	2013	2012
Adiantamento arrendamento	167.060	170.541
Outras despesas antecipadas	4.857	4.542
	171.917	175.083
Circulante	13.183	13.107
Não circulante	158.734	161.976

## Adiantamento arrendamento

As parcelas do arrendamento estão registradas no ativo circulante e não circulante nos montantes de R\$8.817 e R\$158.243 (R\$8.817 e R\$161.724 em 31 de dezembro de 2012), respectivamente.

Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2013 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817.

A descrição da operação está mencionada na nota explicativa 20.

#### Outras despesas antecipadas

As outras despesas antecipadas referem-se a despesas com seguros, despesas com serviços de manutenção do sistema operacional (Oracle – EBS) da Companhia e demais obrigações pagas antecipadamente.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## 13. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

	2013	2012
Depósitos judiciais	39.272	42.834
Instrumentos financeiros - swap (vide nota explicativa 28)	64.769	26.044
Adiantamentos a terceiros	8.423	8.667
Ativos mantidos para venda	2.188	4.233
Investimento audiovisual	2.893	3.423
	117.545	85.201
		_
Circulante	8.423	8.667
Não circulante	109.122	76.534

#### <u>Depósitos judiciais</u>

A Companhia possui depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei. São atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. Estão assim distribuídos:

	2013	2012
Trabalhista	17.347	16.238
Cíveis	11.212	16.024
Tributárias	10.713	10.572
	39.272	42.834

## Adiantamentos a terceiros

Os adiantamentos a terceiros correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e funcionários como adiantamento de férias, empréstimos de férias e outros adiantamentos.

#### Ativos mantidos para venda

Os ativos mantidos para venda referem-se, basicamente, aos ativos sucateados na operação da Companhia.

## Investimento audiovisual

Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93.

Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## 14. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Benfeitorias imóveis de <u>terceiros</u>	<u>Locomotivas</u>	<u>Vagões</u>	Imobilizado <u>em curso</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 31/12/2012	2.000.770	2.045.337	1.562.774	824.893	322.165	6.755.939
Adições	-	-	-	785.451	-	785.451
Transferências / Reclassificações Provisão para	378.554	125.507	154.843	(789.669)	130.765	-
perda	(9.443)	(9.473)	(701)	(4.321)	-	(23.938)
Baixas	-	(2.197)	(560)	(5.555)	(6.919)	(15.231)
Em 31/12/2013	2.369.881	2.159.174	1.716.356	810.799	446.011	7.502.221
Depreciação						
Em 31/12/2012	(565.908)	(702.077)	(514.565)	-	(140.353)	(1.922.903)
Adições	(153.838)	(100.742)	(73.647)	-	(41.349)	(369.576)
Transferências	(1)	-	1.064	-	(1.063)	-
Baixas	-	2.122	274	-	6.114	8.510
Em 31/12/2013	(719.747)	(800.697)	(586.874)	-	(176.651)	(2.283.969)
Valor residual l	íquido					
Em 31/12/2013	1.650.134	1.358.477	1.129.482	810.799	269.360	5.218.252
Em 31/12/2012	1.434.862	1.343.260	1.048.209	824.893	181.812	4.833.036



# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	Benfeitorias imóveis de <u>terceiros</u>	<u>Locomotivas</u>	<u>Vagões</u>	Imobilizado em curso	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Custo						
Em 31/12/2011	1.508.509	1.773.906	1.306.940	977.918	235.560	5.802.833
Adições	-	-	-	989.896	62	989.958
Transferências / Reclassificações	492.261	292.632	259.308	(1.137.093)	92.892	-
Baixas	-	(21.201)	(3.474)	(5.828)	(6.349)	(36.852)
Em 31/12/2012	2.000.770	2.045.337	1.562.774	824.893	322.165	6.755.939
Depreciação						
Em 31/12/2011	(424.204)	(628.203)	(443.410)	-	(116.165)	(1.611.982)
Adições	(141.705)	(94.080)	(71.706)	-	(30.564)	(338.055)
Transferências	1	-	(648)	-	647	-
Baixas	-	20.206	1.199	-	5.729	27.134
Em 31/12/2012	(565.908)	(702.077)	(514.565)	-	(140.353)	(1.922.903)
Valor residual l	íquido			<u> </u>		
Em 31/12/2012	1.434.862	1.343.260	1.048.209	824.893	181.812	4.833.036
Em 31/12/2011	1.084.305	1.145.703	863.530	977.918	119.395	4.190.851

## Custos de empréstimo capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2013 foi R\$26.613 (R\$23.057 no ano de 2012). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 7,4% ao ano (7,9% no ano de 2012), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

## Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados, como também na compra de locomotivas e vagões que são transferidos para as contas definitivas do imobilizado e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

#### Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a vida útil econômica dos principais ativos da Companhia é revisada periodicamente. Em dezembro de 2013, foi efetuada a revisão dos laudos e a partir de 2014 a vida útil econômica das revisões gerais de locomotivas passam a ser de 8 anos. Para os demais ativos não houve alteração de vida útil.

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos estão demonstradas na nota explicativa 2.10.

#### Avaliação valor recuperável do ativo

Também, em atendimento ao CPC 27 e ao IAS 16, a Companhia reconheceu as seguintes perdas: (i) perda por obsolescência das locomotivas elétricas Hitachi no valor de R\$9.386, valor este que representa os gastos das benfeitorias, por se tratar de locomotivas arrendadas; (ii) viadutos construídos e em construção em zonas urbanas para eliminação de interferências



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

rodo/ferroviárias, que serão doados às Prefeituras no valor de R\$13.764; e (iii) outras perdas no valor de R\$788.

# 15. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	<u>Concessão</u>	<u>Sistemas</u> <u>informatizados</u> <u>e software</u>	<u>Projetos</u> <u>em</u> <u>andamento</u>	<u>Total</u>
Custo				
Em 31/12/2012	15.815	153.668	12.947	182.430
Adições	280	-	14.508	14.788
Transferências	-	22.940	(22.940)	-
Em 31/12/2013	16.095	176.608	4.515	197.218
Amortização				
Em 31/12/2012	(7.150)	(105.132)	-	(112.282)
Adições	(444)	(23.995)	-	(24.439)
Em 31/12/2013	(7.594)	(129.127)	-	(136.721)
Em 31/12/2013	8.501	47.481	4.515	60.497
Em 31/12/2012	8.665	48.536	12.947	70.149

	Concessão	<u>Sistemas</u> <u>informatizados</u> <u>e software</u>	<u>Projetos</u> <u>em</u> andamento	Total
Custo				
Em 31/12/2011	15.478	142.089	7.615	165.182
Adições	337	-	16.910	17.247
Transferências	-	11.578	(11.578)	-
Em 31/12/2012	15.815	153.667	12.947	182.429
Amortização				
Em 31/12/2011	(6.706)	(82.520)	-	(89.226)
Adições	(444)	(22.610)	-	(23.054)
Em 31/12/2012	(7.150)	(105.130)	-	(112.280)
Em 31/12/2012	8.665	48.537	12.947	70.149
Em 31/12/2011	8.772	59.569	7.615	75.956



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) está registrada no ativo intangível no montante de R\$8.501 (R\$8.665 em 31 de dezembro de 2012) e é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

#### 16. Obrigações sociais e trabalhistas

	2013	2012
Obrigações sociais		
INSS (vide nota explicativa 2.22)	21.047	21.194
FGTS	5.267	5.089
Outros	1.098	907
	27.412	27.190
<u>Obrigações trabalhistas</u>		
PPR – Plano de Participação nos		
Resultados / Bônus	61.790	62.968
Provisão para férias	30.068	28.875
Salários a pagar	15.881	16.215
IRRF a pagar	3.803	4.640
Outros	13.040	11.308
	124.582	124.006
	151.994	151.196

## 17. Obrigações fiscais

	2013	2012
Imposto de renda	51.734	5.249
Contribuição social	18.780	5.111
ICMS	4.830	4.711
COFINS	7.763	3.625
PIS	1.685	787
Outros	3.462	2.903
	88.254	22.386



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

# 18. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

	2013	2012
<u>Moeda nacional</u>		
BNDES:	1.494.221	1.415.713
FINAME (a)	500.346	619.667
DULC (b)	368.018	436.420
FINEM (c)	625.857	359.626
Debêntures (d)	848.336	581.338
NCE - Nota de Crédito à Exportação (e)	-	170.449
BDMG (f)	40.320	41.607
FINEP (g)	15.110	18.210
IBM - Resolução 2770 (h)	-	1.784
Instrumentos financeiros derivativos - swap (vide nota	20.762	4 096
explicativa 28)	20.762	4.086
	2.418.749	2.233.187
<u>Moeda estrangeira</u>		
Banco de Tokyo (i)	351.829	153.453
Ex-Im (j)	106.436	110.522
FINIMP (k)	-	70.746
Financiamento IFC (l)	43.955	70.555
	502.220	405.276
Total de conservation de Conservation de la Conserv		2 (29 1(2
Total de empréstimos e financiamentos	2.920.969	2.638.463
Custos da transação	(8.224)	(8.260)
Total de empréstimos e financiamentos líquido do custo de transação	2.912.745	2.630.203
		-0 0
Circulante	352.353	382.448
Não circulante	2.560.392	2.247.755



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

				Após	
	2015	2016	2017	2017	Total
FINAME	104.124	101.405	92.044	96.132	393.705
DULC	68.264	68.264	68.264	94.121	298.913
FINEM	73.665	89.082	89.082	318.580	570.409
Debêntures	37.500	137.500	237.500	381.250	793.750
BDMG	9.248	9.248	6.248	6.248	30.992
FINEP	3.231	3.231	3.231	2.154	11.847
Banco de Tokyo	-	175.695	-	175.695	351.390
Ex-Im	20.264	20.264	20.264	25.331	86.123
Financiamento IFC	14.641	14.641			29.282
	330.937	619.330	516.633	1.099.511	2.566.411

Em 31 de dezembro de 2013 os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

	Curto prazo	Longo prazo			<u>Total</u>		
	2014	2015	2016	2017	Após 2017	Total	CP + LP
DULC	31	24	17	11	4	56	87
FINEM	202	186	235	224	807	1.452	1.654
Debêntures	855	777	683	528	428	2.416	3.271
Ex-Im	923	742	558	373	217	1.890	2.813
Financiamento IFC	194	121	84			205	399
	2.205	1.850	1.577	1.136	1.456	6.019	8.224

#### Moeda nacional:

(a) Os FINAME's, financiamentos com recursos do BNDES, com saldo de R\$500.346 em 31 de dezembro de 2013 (R\$619.667 em 31 de dezembro de 2012) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e referem-se a operação para compra de vagões e locomotivas, sujeitas a encargos de TJLP mais "spread", equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 7,6% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano.

Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados.

(b) O DULC, operação direta com o BNDES, com saldo de R\$368.018 em 31 de dezembro de 2013 (R\$436.420 em 31 de dezembro de 2012) possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais "spread" de 0,58% ao ano até 1,48% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de modernização e recuperação de ativos, além de compras de locomotivas. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

(c) As operações de FINEM, contratadas junto ao BNDES, no montante de R\$625.857 em 31 de dezembro de 2013 (R\$359.626 em 31 de dezembro de 2012) possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais "spread" de 1,40% ao ano até 4,01% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos estão destinados à implantação de equipamentos que visam à redução do número de acidentes ocorridos em áreas urbanas de influência da MRS, à melhoria do ciclo operacional, por meio da eliminação de passagens em nível e da vedação da faixa de domínio e à aquisição de material rodante. Os investimentos incluem, dentre outros, a construção de passarelas, viadutos e passagens inferiores. Durante o ano de 2013 ocorreram novas captações nesta modalidade de empréstimo, com as características já mencionadas acima e conforme foi informado nas informações intermediárias – ITR's – do 1º e 3º trimestre de 2013. No 4º trimestre de 2013 o valor captado foi de R\$79.372.

Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento.

#### (d) Debêntures:

#### 4ª Emissão

A Companhia emitiu, em 9 de junho de 2010, R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade o financiamento de investimentos em expansão da via e modernização e melhorias de equipamentos, locomotivas e vagões. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação CDI mais uma taxa fixa nominal de 1,5% ao ano (taxa efetiva de 1,70% ao ano), sendo juros pagos semestralmente durante o período de carência, de 24 (vinte e quatro) meses, e mensalmente após término do período de carência. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$233.244 (R\$270.418 em 31 de dezembro de 2012). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as condições contratuais da 4ª emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

## <u>5<sup>a</sup> Emissão</u>

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$313.383 (R\$310.920 em 31 de dezembro de 2012). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as condições contratuais da 5ª emissão de debêntures permaneceram inalteradas em relação às publicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012.

### 6ª Emissão

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia.

A emissão teve as seguintes características:

• Data de emissão: 10 de dezembro de 2013;



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Espécie: quirografária;

• Séries: as debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9% definida após o processo de Bookbuilding, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4°, 5° e 6° ano;

• Quantidade: 30.000 debêntures;

• Valor nominal: R\$10

• Vencimento: 10 de dezembro de 2019;

Data de captação: 10 de dezembro de 2013;

• Banco coordenador líder: Banco Santander S.A.;

• Banco coordenador: Banco Itaú BBA S.A.;

Repactuação: não haverá repactuação;

• Resgate antecipado: as debêntures não poderão ser parcial ou totalmente resgatadas antecipadamente por iniciativa da Emissora;

Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de debêntures de 6<sup>a</sup> emissão é de R\$301.709.

- (e) A captação realizada via NCE Nota de Crédito à Exportação, junto ao Banco Santander, com saldo de R\$170.449 em 31 de dezembro de 2012, foi liquidada antecipadamente em setembro de 2013. Esta operação possuia taxa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 111% do CDI e tinha por finalidade dar apoio à atividade da Companhia através da ampliação e construção de pátios e terminais, duplicação e manutenção da via permanente, além da aquisição de trilhos. Não houve constituição de garantia para este contrato.
- (f) O financiamento contratado junto ao BDMG Banco de Desenvolvimento Minas Gerais no valor total de R\$50.000, dividido em duas tranches uma no valor de R\$35.000 com taxa nominal igual a IPCA mais taxa fixa de 5,76% ao ano, com TIR de 10,0% ao ano, e a outra no valor de R\$15.000, com taxa nominal de SELIC meta mais taxa fixa de 2% ao ano, com TIR de 10,5% ao ano, tem por finalidade a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. O saldo de R\$40.320 em 31 de dezembro de 2013 (R\$41.607 em 31 de dezembro de 2012) é referente à liberação da primeira parcela do empréstimo no valor de R\$40.000, sendo R\$28.000 referente à primeira tranche e R\$12.000 referente à segunda tranche, acrescido da variação monetária no período. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (g) O empréstimo realizado junto à FINEP Financiadora de Estudos e Projetos, com saldo de R\$15.110 em 31 de dezembro de 2013 (R\$18.210 em 31 de dezembro de 2012) possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,50% ao ano. O objetivo da operação é financiar o projeto "Aplicação de Dormentes de Composto Plástico", cujo foco é o desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança.
- (h) A captação realizada com o Banco IBM, com saldo de R\$1.784 em 31 de dezembro 2012, refere-se à contratação, em maio de 2008, de um empréstimo na modalidade de repasse efetuado de acordo com a Resolução 2770 do Banco Central, no valor de R\$17.719, para



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

aquisição de equipamentos de informática. A operação possuia taxa nominal igual à taxa efetiva e estava sujeita a encargos de CDI mais 0,29% ao ano. Esta operação foi liquidada em maio de 2013. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.

#### Moeda estrangeira:

- (i) Os financiamentos junto ao Banco de Tokyo, com saldo de R\$351.829 em 31 de dezembro de 2013 (R\$153.453 em 31 de dezembro de 2012) possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 2,95% ao ano até 3,44% ao ano. Contratados e desembolsados, respectivamente, em dezembro de 2011 e setembro de 2013, estas operações tiveram como objetivo reforçar o caixa da Companhia para os crescentes investimentos realizados por ela, bem como liquidar antecipadamente a NCE supracitada com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para este contrato.
- (j) O financiamento junto ao US Export-Import Bank (Ex-Im), com saldo de R\$106.436 em 31 de dezembro de 2013 (R\$110.522 em 31 de dezembro de 2012) está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano, (taxa fixa efetiva de 4,26% ao ano). Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato.
- (k) Os FINIMPs, com saldo de R\$70.746 em 31 de dezembro de 2012, foram liquidados ao longo de 2013. Ainda no 1º trimestre de 2013, a Companhia captou R\$16.557 e liquidou todo o saldo ao longo do mesmo ano. Estas operações estavam sujeitas à variação cambial mais juros, compostos de LIBOR mais "spread", equivalente a uma TIR de 2,3% ao ano. Para estas operações a Companhia não constituiu garantia, ou seja, eram operações "clean", que tinham como objetivo o financiamento de importações, basicamente, de locomotivas e trilhos.
- (l) O financiamento junto ao IFC, com saldo de R\$43.955 em 31 de dezembro de 2013 (R\$70.555 em 31 de dezembro de 2012), possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a LIBOR mais "spread" de 1,10% ao ano. Esta operação tem como garantias locomotivas e recebíveis de contratos comerciais, além dos direitos emergentes da concessão.

#### Condições restritivas financeiras (covenants)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permanecem inalteradas em relação a 2012.

Todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012.



# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

		2013
Contratos	Indicadores	Índice padrão
	- índice de cobertura do serviço da dívida	maior ou igual a 1,5
IFC	- quociente da dívida líquida pelo EBITDA	menor ou igual a 2,5
	- quociente da dívida bruta pelo ativo tangível líquido	menor ou igual a 2,0
BNDES	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5
Banco Tokyo	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
Debêntures 4 <sup>a</sup> emissão	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 2,5
	- EBITDA / resultado financeiro	maior ou igual a 4,0
Debêntures 5 <sup>a</sup> emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida	maior que 4,0 ou menor que o (zero)
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0
	EDITO A / James - Green sing Kensida	maior que 4,0 ou
Debêntures 6ª emissão	- EBITDA / despesa financeira líquida	menor que o (zero)
	- dívida líquida / EBITDA	menor ou igual a 3,0

#### Dividendo mínimo obrigatório a pagar 19.

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	469.418	440.071
Apropriação para reserva legal	(23.471)	(22.004)
Lucro líquido base para determinação do dividendo	445.947	418.067
Dividendos obrigatórios – 25%	111.487	104.517



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## 20. Concessão e arrendamento a pagar

	2013	2012
Concessão a pagar	6.348	6.347
Arrendamento a pagar	120.604	120.592
	126.952	126.939
Circulante	54.745	52.402
Não circulante	72.207	74.537

Os contratos de concessão e arrendamento prevêem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2013 restavam 51 parcelas trimestrais de R\$68.344, totalizando o montante de R\$3.485.544. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2013, com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

As obrigações da concessão são registradas linearmente, pelo regime de competência, e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) no passivo circulante tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência (sete meses) que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

O montante de R\$126.952 em 31 de dezembro de 2013 (R\$126.939 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data.

Em janeiro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento da 66ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$68.344 (R\$64.927 e R\$3.417, respectivamente).

#### 21. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

	2013	2012
Provisões para contingências	110.100	117.370
Provisões para benefícios a empregados	4.925	13.116
Provisões para acidentes ferroviários	9.363	16.112
Outras provisões	3.618	1.081
	128.006	147.679
Circulante	17.906	30.309
Não circulante	110.100	117.370



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 21.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão compostas como segue:

	2012	Adições	Atualizações	Baixas	2013
Previdenciárias e	(()	00.500		(00.4(4)	<b>-</b> 4 400
trabalhistas	77.660	23.522	775	(30.464)	71.493
Cíveis	39.710	4.713	402	(6.777)	38.048
Fiscais		500	59		559
	117.370	28.735	1.236	(37.241)	110.100
	2011	Adições	Atualizações	Baixas	2012
Previdenciárias e					
i revidenciarias e					
trabalhistas	63.975	25.911	1.019	(13.245)	77.660
	63.975 35.212	25.911 10.485	1.019 1.084	(13.245) (7.071)	77.660 39.710
trabalhistas	0 7/ 0	0 ,	,		

A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental oriundas do curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2013, os valores envolvidos nesses processos totalizavam R\$888.006, dos quais a Companhia provisionou o montante de R\$110.100 (R\$117.370 em 2012), referente aos processos de probabilidade de perda considerada provável por seus consultores jurídicos e cujos valores são quantificáveis. Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

#### (a) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em 1.322 ações trabalhistas, que pleiteiam em sua maioria, diferenças salariais em função do não pagamento de (i) horas extraordinárias; e (ii) adicionais de periculosidade e insalubridade. Em 31 de dezembro de 2013, o valor total das causas trabalhistas era de R\$183.313. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$71.493 (R\$77.660 em 31 de dezembro de 2012) considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

Em 8 de março de 2013, foi realizado acordo para encerramento de ações coletivas ajuizadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em empresas na Área de Transporte e Manutenção em Equipamentos Ferroviários de Conselheiro Lafaiete – Sintef/CL contra a Companhia. O acordo, fixado na quantia de R\$3.500, tinha um valor provisionado de R\$9.092 que foi baixado no mesmo mês.

Além do processo citado acima, ocorreram outras baixas de provisão durante o exercício, referentes a processos encerrados no valor de R\$21.372. Deste valor, cerca de R\$15.079 são relativos a perdas nos processos e o restante refere-se a reversão de provisões não utilizadas. É importante destacar que, individualmente, os valores de tais processos não ultrapassam R\$2.051.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### (b) Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 134 processos administrativos e judiciais. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$392.260. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia efetuou provisão no valor de R\$500, que atualizado até dezembro de 2013 representa o total de R\$559.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre o questionamento da exigência de recolhimento (i) de glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii) de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTO (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento) e (v) exclusão de valores da base de cálculo do PIS e da COFINS.

A seguir são indicados os principais processos fiscais nos quais a Companhia é parte.

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado do Rio de Janeiro

Em 06 de janeiro de 2008, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.160438-2 (Processo Administrativo nº E-34/046.007/05), decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2001 a junho de 2004. O valor atualizado do débito é de R\$53.099. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia foi julgado em 7 de dezembro de 2011, sendo negado provimento ao mesmo, por maioria dos votos. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Na mesma data (6 de janeiro de 2008), a Companhia foi autuada, pela Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro, por motivo de glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. O objeto do Auto de Infração nº 03.204072-7 compreende julho de 2004 a dezembro de 2006 (Processo Administrativo nº E-04/451.765/2007), e o valor atualizado desta cobrança é de R\$55.812. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, por maioria de votos, para excluir da autuação os bens integrantes do seu ativo fixo, sendo mantida a glosa de créditos sobre o restante dos bens - insumos considerados pela fiscalização como uso e consumo. Em virtude do esgotamento da discussão na esfera administrativa foi ajuizada a Execução Fiscal nº 0008403-52.2011.8.19.0006, garantida pela Companhia por meio de oferecimento de seguro garantia, posteriormente substituído por fiança bancária, tendo sido opostos os competentes Embargos à Execução Fiscal. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 17 de agosto de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 03.229964-6, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2007 a junho de 2009 (Processo Administrativo nº E-04/041.871/2009). O valor atualizado do débito é de R\$42.862. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, que foi julgada improcedente. O Recurso Especial interposto pela Companhia se encontra pendente de julgamento. Em 15 de dezembro de 2013 foi proposta medida cautelar para a suspensão da exigibilidade do crédito discutido, sendo garantida a mesma por meio de fiança bancária. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Em 30 de agosto de 2010, foram lavrados os Autos de Infração nº's 03.242426-9 e 03.242427-7, decorrentes da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, nos períodos, respectivamente, de julho de 2009 a junho de 2010 e de janeiro de 2005 a dezembro de 2009 (Processos Administrativos nºs E-04/045.144/2010 e E-04/045.145/2010). O valor atualizado dos débitos é de R\$7.503. A Companhia apresentou impugnações administrativas às autuações, que se encontram pendentes de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• ICMS – glosa de créditos bens de uso e consumo – Estado de São Paulo

Em 07 de dezembro de 2009, foi lavrado o Auto de Infração nº 31245626, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2004 a dezembro de 2005. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação. Houve decisão desfavorável e a Companhia interpôs Recurso Especial já admitido no que se refere à decadência do direito do fisco de efetuar o lançamento, aguarda-se julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$70.077. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

Em 27 de dezembro de 2013, foi lavrado o Auto de Infração nº 40355330, decorrente da glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela fiscalização estadual como de uso e consumo, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011. A Companhia interpôs impugnação administrativa à autuação, sendo aguardado seu julgamento. O valor atualizado do débito é de R\$44.215. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

• Execução de honorários nas Execuções Fiscais 000120542.2003.8.19.0006/0005177-15.2006.8.19.0006/000120542.2003.8.19.0006 ICMS/RJ - Diferencial de Alíquotas

A Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro move 03 ações de cobrança de honorários advocatícios nos autos das Execuções Fiscais 000120542.2003.8.19.0006/0005177-15.2006.8.19.0006/000120542.2003.8.19.0006 contra a Companhia. Os pedidos apresentados pela Fazenda Pública Estadual foram julgados procedentes, condenando a Companhia ao pagamento destes honorários. O parecer dos consultores jurídicos considera 'provável' a perda, razão pela qual há provisionamento no valor de R\$500.

• ICMS – requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos – Estado do Rio de Janeiro

Trata-se de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de materiais destinados ao ativo fixo da Companhia, realizadas entre setembro de 2004 e novembro de 2005, no valor de R\$4.432. Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia foi intimada acerca da decisão que indeferiu o requerimento de aproveitamento de créditos extemporâneos de ICMS formulado pela Companhia, contra a qual foi interposto recurso, julgado improcedente em janeiro de 2013. Tais créditos foram baixados no exercício de 2013.

• IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.

A Companhia é parte em 60 processos administrativos e judiciais que dizem respeito à cobrança do IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA por parte de diversos municípios situados nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. O valor dos



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

débitos soma R\$9.323. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

### • PIS e COFINS sobre partilhas de fretes

Em 10 de abril de 2003, a Companhia foi autuada no valor total atualizado de R\$11.084, pela Secretaria da Receita Federal, em razão da diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo, no período de janeiro de 1998 a dezembro de 2002 (Processos Administrativos nº 18471.000721/2003-90 e 18471.000722/2003-34). O Recurso Voluntário interposto pela Companhia foi parcialmente provido para afastar a exigência fiscal das diferenças apuradas no recolhimento do PIS e da COFINS, decorrente da exclusão de sua base de cálculo dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo, no período compreendido entre janeiro e março de 1998, em razão do reconhecimento da decadência do direito da Fazenda Pública de efetuar os respectivos lançamentos. Contra tal decisão foi interposto Recurso Especial pela Companhia, pendente de julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a possibilidade de perda, razão pela qual não há provisionamento.

#### • PIS e COFINS variação cambial

Em agosto de 2006, a Companhia foi autuada no valor total de R\$97.168, em razão da exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS referentes ao período (não sucessivo) de fevereiro de 2002 a julho de 2004 (Processos Administrativos nºs 18471.000899/2006-83 e 18471.000897/2006-94). Em agosto de 2010 a Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) deu provimento ao Recurso Especial da Companhia, no que se refere ao período de fevereiro a novembro de 2002 (PIS) e fevereiro de 2002 a dezembro de 2003 (COFINS). Em 18 de julho de 2012 a Companhia ajuizou ações anulatórias com objetivo de que os débitos remanescentes de COFINS (18471.000897/2006-94) e PIS (18471.000899/2006-83) no valor atualizado de R\$27.795, incidentes sobre as receitas decorrentes de variação cambial ativa sejam integralmente anulados. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

### • Execução Fiscal – PIS e COFINS

Em 20 de outubro de 2010, a Companhia foi citada em relação à Execução Fiscal nº 2009.51.01.530010-0, que objetiva a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto das Certidões de Dívida Ativa nº 70.6.07.012931-62, 70.6.07.013080-20 e 70.7.07.001233-68, cujos montantes atualizados representam R\$5.737, originados dos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89. A Companhia já discutia tais cobranças na Medida Cautelar nº 2007.51.01.016575-0 e Ação Anulatória nº 2007.51.01.023064-0, motivo pelo qual requereu a reunião das ações de modo a ensejar a imediata suspensão do projeto executivo, com a anuência da Fazenda Nacional.

Em 20 de setembro de 2013, foram julgadas procedentes pelo juízo de primeira instância o pleito da Companhia em relação aos processos administrativos nº 10070.000466/2002-13 e 10070.000285/2002-89 referentes a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS, sendo anulados os débitos apontados pela Fazenda Nacional. Tendo em vista que tal decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso e com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### • Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF

Em 14 de março de 2005 foi ajuizada a Execução Fiscal nº 2005.51.01.510762-7 contra a Companhia, relativa a 05 (cinco) Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Na época, foi apresentada carta de fiança bancária no valor aproximado de R\$27.448. As inscrições em dívida ativa referentes a IRRF, CSLL e PIS foram canceladas. Foram opostos novos embargos à execução fiscal para discutir os valores remanescentes. Em outubro de 2010 foi iniciada a fase probatória, em que foi requerida a produção de prova pericial pela Companhia. Aguarda-se a elaboração do laudo pelo perito judicial competente. O valor atualizado desta cobrança é de R\$19.407. Com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

### • Mandados de Segurança PIS/Cofins Importação (MG/RJ/SP)

Foram impetrados mandados de segurança nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS Importação fosse realizado sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro.

Julgados os mandados pelo juízo de primeira instância, fora concedido integralmente o pleito da MRS nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo aguardado o julgamento final das causas junto às instâncias recursais. Tendo em vista que tal decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso e com base no entendimento dos consultores jurídicos, a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.

### • *IRPJ* – ação anulatória de débitos quitados / compensados

Em 30 de agosto de 2007, foi ajuizada a ação anulatória com vistas à anulação das inscrições na dívida ativa decorrente de débitos já quitados/compensados.

Em 23 de setembro de 2013, publicada sentença que julgou procedente o pedido para declarar a extinção dos créditos tributários inscritos em Dívida Ativa da União sob os nºs 70.7.07.001233-68, 70.6.07.013080-20 e 70.6.07.012931-62, face à sua extinção por pagamento/compensação, nos termos do art. 156 do Código Tributário Nacional.

### • Manifestação de Inconformidade - CSLL

Em outubro de 2009, a Companhia foi intimada acerca de despacho por meio do qual a Receita Federal do Brasil homologou apenas parcialmente pedido de compensação formulado pela Companhia (Processo Administrativo nº 15374.957982/2009-89), em que foi requerida a utilização de créditos decorrentes de pagamento a maior de CSLL apurada em agosto de 2004, sob o fundamento de que o crédito teria sido consumido em outros pedidos de compensação. Como resultado deste entendimento o valor atualizado do débito da Companhia, decorrente da compensação não homologada, é de R\$399. A Companhia interpôs Manifestação de Inconformidade, que se encontra pendente de julgamento. Baseada no entendimento dos consultores jurídicos a possibilidade de perda nesse processo é considerada 'possível', razão pela qual não há provisionamento.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

• Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa

Em 05 de novembro de 2003, a Prefeitura de Barra Mansa ajuizou a Execução Fiscal nº 2003.007.006125-2 para cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia, no período de março de 2001 a dezembro de 2001 (Processo Administrativo Fiscal nº 079/2001). O valor atualizado desta cobrança é de R\$9.095. A Companhia interpôs embargos à execução fiscal, que aguardam julgamento. O parecer dos consultores jurídicos considera 'possível' a perda, razão pela qual não há provisionamento.

#### (c) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 983 ações que versam, em sua grande maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários. Os objetos das demais ações referem-se à paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG), à legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio, aos contratos de concessão e arrendamento, a Ações Civis Públicas e a ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER.

O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2013, era de R\$312.018. Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão de R\$38.048 (R\$39.710 em 31 de dezembro de 2013), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda 'provável'.

As baixas de provisão cível no valor de R\$6.777 são referentes a processos encerrados durante 2013, sendo que cerca de R\$5.516 são relativos a perdas efetivas nos processos e o restante refere-se a reversão de provisões não utilizadas. É importante destacar que, individualmente, os valores de tais processos não ultrapassam R\$532.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$400 por sinistro.

#### (d) Ambientais

A Companhia é parte em um processo de cunho ambiental na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2013 o valor total envolvido no referido processo administrativo é de R\$415. O prognóstico de perda para esse processo é considerado pelos consultores jurídicos 'possível', não sendo, portanto objeto de provisão.

#### (e) Outras

A Companhia tem quatro Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo três decorrentes de matéria ambiental e um de matéria trabalhista. Versam os decorrentes de matéria ambiental sobre poluição do ar e geração de ruídos; versa o decorrente de matéria trabalhista sobre práticas limitadoras da atuação dos dirigentes sindicais. Para tais casos não existe provisão.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### 21.2 Provisões para benefícios a empregados

### Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e, portanto, a Companhia, como patrocinadora do plano, não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$7.364 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.597 em 31 de dezembro de 2012), as quais foram registradas como despesa do exercício.

Em 31 de dezembro de 2013, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$77 (R\$96 em 31 de dezembro de 2012), as quais foram devidamente provisionadas.

#### Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2013, o plano contava com 16.712 vidas na Bradesco Saúde e 585 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.297 vidas.

A partir do ano de 2013 os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) — Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$23.177 em 31 de dezembro de 2013 (R\$17.610 em 2012).



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Em 31 de dezembro de 2013, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$4.848 (R\$13.020 em 31 de dezembro de 2012), os quais foram devidamente provisionados.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2012	13.020
Despesa reconhecida em 2013	1.342
Ganho nas obrigações	(9.514)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2013	4.848

b. Movimentação do passivo atuarial:

Passivo atuarial no início do exercício em 31 de dezembro de 2012 Custo do serviço corrente Juros sobre a obrigação atuarial	13.020 583
Benefício pago diretamente ao plano	1.355 (596)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros	
resultados abrangentes ("OCI")	(9.514)
Passivo atuarial em 31 de dezembro de 2013	4.848

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2014
Custo do serviço corrente	570
Juros sobre as obrigações atuariais	540_
Total da despesa a ser reconhecida	1.110

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto5,50% a.a.Inflação de longo prazo5,50% a.a.Inflação médica (HCCTR)3,00% a.a.

De 0 a 24 anos: 0,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 3% a.a.

Fator de envelhecimento Acima de 80 anos: 3% a.a Tábua de mortalidade geral AT-2000

As hipóteses atuariais e econômicas alteradas na presente avaliação do exercício de 2013, quando comparadas com as utilizadas na avaliação de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, são: (i) a taxa real de desconto da obrigação atuarial, que segue o comportamento dos títulos do governo, (ii) os valores dos custos médicos, (iii) a taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação e, (iv) utilização do prêmio por faixa etária do plano Unimed.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela Sul América Seguros. Em 2013 a Companhia contribuiu com R\$587 (R\$587 em 2012) com seguro de vida de seus funcionários.

### 22. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido está composto da seguinte forma:

	2013	2012
Capital social (a)		
Capital social realizado	1.202.336	1.086.818
Destinação da reserva para aumento do capital social	73.222	115.518
	1.275.558	1.202.336
Reservas de lucros		
Reserva legal (c)	191.617	168.146
Reserva para investimentos (d)	1.083.941	1.034.190
Dividendos adicionais propostos (e)	111.487	104.517
	1.387.045	1.306.853
Ajustes de avaliação patrimonial (f)	6.279	
	2.668.882	2.509.189

### (a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.202.336 (R\$1.086.818 em 31 de dezembro de 2012), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, sendo 188.332.687 ordinárias, 82.076.174 preferenciais "classe A" e 69.591.139 preferenciais "classe B".

De acordo com o Estatuto Social consolidado em Assembléia Geral Extraordinária da MRS Logística S.A. realizada em 4 de outubro de 2012, aprovado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, nos termos da Portaria nº 13, de 22 de novembro de 2012, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$2.500.000 mediante a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre elas e aquelas já existentes, bem como de debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de março de 2014, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$73.222 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores, conforme proposto pela diretoria executiva.

De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Em 31 de dezembro de 2013, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

A	Ações Ord	Ações Ordinárias Ações Preferenciais Capital Tot		árias Ações Preferenciais		otal
Acionista	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
MBR	37.666.526	20,00%	74.301.916	49,0%	111.968.442	32,93%
CSN	52.414.154	27,83%	40.301.916	26,6%	92.716.070	27,27%
USIMINAS PARTICIPAÇÕES E LOGÍSTICA S.A. (UPL)	37.513.650	19,92%	342.805	0,2%	37.856.455	11,13%
VALE	36.270.700	19,26%	769.304	0,5%	37.040.004	10,89%
GERDAU	4.460.127	2,37%	-	0,0%	4.460.127	1,31%
NAMISA	-	0,00%	34.000.000	22,4%	34.000.000	10,00%
MINORITÁRIOS	20.007.530	10,62%	1.951.372	1,3%	21.958.902	6,46%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

### (b) Direito das ações

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das assembléias gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

### (c) Reserva de lucros – reserva legal

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da Reserva Legal era de R\$191.617 (R\$168.146 em 31 de dezembro de 2012).

### (d) Reserva de lucros – reserva para investimentos

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 08 de novembro de 2013, foi referendada à Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29 de novembro de 2013 a proposta de distribuição de dividendos extraordinários, no valor de R\$100.000, utilizando parte do saldo da reserva para investimento, os quais foram pagos em 19 de dezembro de 2013.

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes em reserva de expansão no valor de R\$222.973, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.083.941 (R\$1.034.190 em 31 de dezembro de 2012).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### (e) Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não deverá ser registrada como passivo, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as seguintes parcelas referentes ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foram registradas no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto" na data de encerramento das respectivas demonstrações contábeis:

	2013	2012
Dividendos adicionais propostos	111.487	104.517

### (f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial registrado no ano de 2013 refere-se aos ganhos atuariais apurados em conformidade com o CPC 33 (R1) (vide nota explicativa 21.2). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo totalizava R\$6.279.

	2013
Ganhos atuariais plano de saúde	9.514
Imposto de renda e contribuição social	(3.235)
	6.279



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### 23. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício	469.418	440.071
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,32	1,24
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,45	1,36
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,45	1,36

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.



## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

## 24. Receita dos serviços prestados

	2013	2012
Receita operacional bruta		
Serviços de transporte	2.459.471	2.853.386
Partilha de fretes	88.775	59.303
Receitas acessórias de transporte	775.012	354.027
	3.323.258	3.266.716
(-) Deduções sobre vendas		
ICMS	(119.461)	(127.759)
COFINS	(136.055)	(122.380)
PIS	(29.538)	(26.569)
ISS	(62)	(194)
	(285.116)	(276.902)
Receita líquida	3.038.142	2.989.814

## 25. Despesas por natureza

	2013	2012
Combustíveis/lubrificantes	(465.245)	(455.088)
Mão-de-obra e encargos sociais	(434.834)	(430.005)
Depreciação/amortização	(393.571)	(360.666)
Insumos/outros materiais	(187.202)	(257.790)
Custo da concessão/arrendamento	(244.272)	(234.917)
Serviços de terceiros	(209.817)	(219.546)
Benefícios a empregados	(89.250)	(79.445)
Crédito presumido ICMS MG	72.209	70.573
Partilhas de fretes	(69.540)	(55.239)
Outros gastos com pessoal	(63.725)	(60.797)
Despesas acessórias de transporte	(26.176)	(23.822)
Despesas com seguro	(9.902)	(13.495)
Honorários da administração	(4.966)	(4.586)
Outros	(49.504)	(78.604)
	(2.175.795)	(2.203.427)
Custo dos serviços prestados	(1.938.059)	(1.970.583)
Despesas com vendas	(12.585)	(10.875)
Despesas gerais e administrativas	(225.151)	(221.969)
	(2.175.795)	(2.203.427)



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### 26. Outras receitas e outras despesas operacionais

	2013	2012
<u>Outras receitas operacionais</u>		
Receitas alternativas (i)	41.323	42.102
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)	43.778	37.518
Recuperação custo da concessão e arrendamento pagos a maior (vide nota explicativa 8)	11.136	-
Multas contratuais (ii)	52.019	15.829
Seguros	998	10.869
Prestação de serviços a terceiros	3.072	1.142
Outras receitas	5.473	10.295
	157.799	117.755
Outras despesas operacionais		
Perda tributos	(32.257)	(27.059)
Execuções por perdas processuais	(21.585)	(20.183)
Provisões para contingências (vide nota explicativa 21.1)	7.051	(18.259)
Despesas com ICMS/PIS/COFINS/ISS	(28.811)	(30.005)
Programa desafio especial (iii)	(11.673)	(8.141)
Custo das receitas alternativas (i)	(3.749)	(3.775)
Convênio com municípios Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque) (vide nota	(6.483)	(7.414)
explicativa 9)	(13.970)	(3.322)
Custo prestação de serviços a terceiros	(6.712)	(4.884)
Provisão atuarial	(1.919)	2.731
Doações	(2.569)	(2.597)
Baixa de ativo imobilizado	(3.742)	(5.691)
Ajuste/baixa de estoque	(5.274)	(7.311)
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte)	(3.894)	(3.111)
Projeto empresa cidadã	(559)	(360)
Indenizações ao Poder Concedente	(792)	-
Provisão para perda de ativos (iv)	(45.845)	2.820
Outras despesas	(13.473)	(11.127)
	(196.256)	(147.688)
Líquidas	(38.547)	(29.933)

- (i) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas;
- (ii) O aumento desta conta deve-se ao maior volume de multas contratuais, em 2013, referente a cláusulas de *take or pay*. (vide nota explicativa 6);



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

- (iii) Programa desafio especial: o objetivo deste programa é o reconhecimento do desempenho das coordenações de execução da Diretoria de Operações e Diretoria de Engenharia e Manutenção através de um modelo de remuneração variada, cujos critérios são definidos no regulamento oficial do programa.
- (iv) O valor de R\$45.845 está composto da seguinte forma: R\$1.081 referente à redução ao valor recuperável de títulos precatórios (vide nota explicativa 8); R\$7.263 referente a provisão para perda de itens estocáveis (vide nota explicativa 9); R\$13.563 referente a provisão para perda de ICMS (vide nota explicativa 10); e R\$23.938 referente a provisão para perda de ativo imobilizado (vide nota explicativa 14).

### 27. Receitas e despesas financeiras

	2013	2012
Receitas financeiras		
Variação cambial e monetária	156.112	196.365
Instrumentos financeiros derivativos - swap	75.423	93.708
Rendimentos s/ aplicações financeiras	24.389	32.299
Juros	22.420	7.674
Outras receitas financeiras	3.036	7.677
	281.380	337.723
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	(200.734)	(211.192)
Juros	(134.523)	(137.056)
Instrumentos financeiros derivativos - swap	(47.458)	(67.364)
Juros e multas fiscais	(76)	(668)
Outras despesas financeiras	(3.777)	(3.861)
	(386.568)	(420.141)
Resultado financeiro líquido	(105.188)	(82.418)



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### 28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

	201	3	2012		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Instrumentos financeiros					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	429.045	429.045	304.965	304.965	
Caixa restrito	42.034	42.034	26.550	26.550	
Contas a receber	130.844	130.844	36.313	36.313	
Partes relacionadas	135.790	135.790	181.993	181.993	
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos - s $wap$	64.769 <b>802.482</b>	64.769 <b>802.482</b>	26.044 575.865	26.044 <b>575.865</b>	
Passivos					
Fornecedores	172.310	172.310	197.210	197.210	
Partes relacionadas Empréstimos e financiamentos em moeda	8.847	8.847	7.163	7.163	
nacional Empréstimos e financiamentos em moeda	1.549.651	1.549.651	1.647.763	1.647.763	
estrangeira	502.220	506.886	405.276	415.337	
Debêntures	848.336	848.336	581.338	581.338	
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - $swap$	20.762	20.762	4.086	4.086	
Total	3.102.126	3.106.792	2.842.836	2.852.897	

### Operações com instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, em comparação aos seus valores justos:

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### Classificação dos instrumentos financeiros

	2013			2012			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total	
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	429.045	429.045	-	304.965	304.965	
Caixa restrito	-	42.034	42.034	-	26.550	26.550	
Contas a receber	-	130.844	130.844	-	36.313	36.313	
Partes relacionadas Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos -	-	135.790	135.790	-	181.993	181.993	
swap	64.769		64.769	26.044		26.044	
Total	64.769	737.713	802.482	26.044	549.821	575.865	
	Valor justo por meio do	2013 Outros passivos		Valor justo por meio do	2012 Outros passivos		

		2013		2012			
	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	
Passivos							
Fornecedores	-	172.310	172.310	-	197.210	197.210	
Partes relacionadas	-	8.847	8.847	-	7.163	7.163	
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	1.549.651	1.549.651	-	1.647.763	1.647.763	
Empréstimos e financiamentos em USD	-	502.220	502.220	-	405.276	405.276	
Debêntures	-	848.336	848.336	-	581.338	581.338	
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	20.762		20.762	4.086		4.086	
Total	20.762	3.081.364	3.102.126	4.086	2.838.750	2.842.836	

### <u>Instrumentos financeiros derivativos</u>

Embora as operações com derivativos tenham o propósito de proteger a Companhia da oscilação oriunda de sua exposição aos riscos de mercado, decidiu-se por não adotar a metodologia de contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Desta forma, as operações de *swap* que em 31 de dezembro de 2013 apresentavam saldo líquido a receber no valor de R\$44.007 (saldo líquido a receber de R\$21.958 em 31 de dezembro de 2012), foram contabilizadas no resultado.

	2013			2012			
Descrição	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocional	Valor Justo	Vencimentos	
Contratos de "swap"							
Posição ativa Moeda estrangeira Posição passiva	392.070	456.293	fev/14 Até mar/19	323.658	360.858	fev/13 até dez/16	
Taxas (pós)	392.070	403.705	11101/19	323.658	333.734	462/10	



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nocional Contratado (USD)	Valor Justo dez/13 (R\$) Ativa	Valor Justo dez/13 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos d	le swap							
Bradesco			01/02/2013	03/02/2014	20.000	47.556	42.614	4.942
Banco do	USD +	100%						
Brasil	1,30%	até	17/06/2013	06/03/2014	20.000	47.255	45.262	1.993
Banco de	a.a até	108%						
Tokyo	3,93%	do	15/12/2011	15/12/2016	75.000	183.954	142.930	41.024
Banco de	a.a	CDI						
Tokyo			18/09/2013	15/03/2019	75.000	177.528	172.899	4.629

Total 190.000 456.293 403.705 52.588

(\*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$8.581, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$44.007.

## 28.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Investimentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$44.007 em 31 de dezembro de 2013, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito), estão classificados como valor justo através do resultado e no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia. Durante o exercício de 2013, não ocorreram transferências entre os níveis.



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	2013			2012			
	Valor justo	Nível	Total	Valor justo	Nível	Total	
Ativos (Passivos)							
Instrumentos							
financeiros derivativos	44.007	2	44.007	21.958	2	21.958	
Caixa e equivalentes de caixa	429.045	2	429.045	304.965	2	304.965	
Caixa restrito	42.034	2	42.034	26.550	2	26.550	
Contas a receber	130.844	(*)	130.844	36.313	(*)	36.313	
Partes relacionadas	135.790	(*)	135.790	181.993	(*)	181.993	

(\*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

### 28.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que a última atualização ocorreu em 22 de março de 2013.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de:

- (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos;
- (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia –



#### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

oriunda da parcela de dívida indexada em moeda estrangeira – tem sido coberta por contratos de *swap*.

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

#### 28.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

#### 28.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

#### (a) Risco de taxa de juros

Representa as variações, em termos de ganhos ou perdas, às quais a Companhia está sujeita por conta de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Assim como em 31 de dezembro de 2012, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia tem uma posição líquida descoberta atrelada à taxa de juros que, gerava um risco de descasamento pouco relevante, uma vez que o aumento de 50% dos juros (CDI e TJLP) produziria um efeito inferior a 4% no saldo líquido.

	Valor contábil		
	2013	2012	
Instrumentos de taxa fixa			
Ativos financeiros	-	4.953	
Passivos financeiros	1.143.228	730.522	
	1.143.228	735.475	
Instrumentos de taxa variável			
Ativos financeiros	471.079	324.007	
Passivos financeiros	1.756.979	1.498.580	
	2.228.058	1.822.587	



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### (b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com variação de 14,64% (8,94% em 31 de dezembro de 2012).

	2013	2012
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa e equivalentes de caixa	-	4.953
Adiantamento a fornecedores	-	84.221
Importações em andamento	9.245	3.962
Instrumentos financeiros - swap	456.293	360.858
	465.538	453.994
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(6.729)	(23.696)
Empréstimos e financiamentos	(502.220)	(405.276)
	(508.949)	(428.972)
Exposição líquida	(43.411)	25.022

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2013, e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que, no caso da Companhia, resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2013 e os juros acumulados no exercício. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2013 divulgada no último Relatório Focus — Bacen anterior ao fechamento do exercício. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

As tabelas abaixo representam a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para os anos de 2013 e 2012, respectivamente.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### Risco de apreciação do Dólar - 2013

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	20,9	119,3	238,6
Dívida em US\$	(23,0)	(131,3)	(262,6)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	(2,1)	(12,0)	(24,0)

### Risco de apreciação do Dólar - 2012

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	(8,2)	92,3	184,5
Aplicação em US\$	(0,1)	1,3	2,5
Dívida em US\$	9,2	(103,6)	(207,3)
Risco Líquido da Operação aumento US\$	0,9	(10,0)	(20,3)

	Exposição	Exposição provável	Real	Taxa Real esperada		Impacto	
	(R\$ milhões)	(R\$ milhões)			25%	50%	
Ponta Ativa de <i>Swap</i> em Dólar	456,3	477,2	2,3426	2,45	3,06	3,67	
Dívida em Dólar	502,2	525,2	2,3426	2,45	3,06	3,67	

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

### (c) Risco de crédito

Refere-se à possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	429.045	304.965
Caixa restrito	42.034	26.550
Contas a receber	130.844	36.313
Partes relacionadas	135.790	181.993
Instrumentos financeiros derivativos - swap	64.769	26.044
Total	802.482	575.865

#### (a) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são seus acionistas (vide nota explicativa 7), representando, em 31 de dezembro de 2013, 50,93% do contas a receber total (83,37% em 31 de dezembro de 2012).



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas "cativas" e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não "cativas", a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não possui provisão para créditos de liquidação duvidosa.

#### (b) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Companhia de acordo com a política estabelecida. Visando minimizar o risco de crédito, a Companhia procura diversificar a alocação dos recursos excedentes apenas em contrapartes de primeira linha avaliadas por agências de *rating*. Em 31 de dezembro de 2013, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$429.045 (R\$304.965 em 31 de dezembro de 2012), dos quais 97% estavam distribuídos entre as seguintes contrapartes: Caixa Econômica Federal, Banco Santander S.A., Banco Safra S.A. e Banco Itaú Unibanco S.A.

### (d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez buscando distribuir os vencimentos de dívida e de instrumentos financeiros derivativos ao longo do tempo, evitando concentrar obrigações em datas pontuais e priorizando o alongamento dos prazos. Adicionalmente, a Companhia tem por política a manutenção de um caixa mínimo disponível, incluindo saldos de aplicações e em conta corrente, além de estabelecer um percentual mínimo de liquidez das aplicações totais.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2013	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não der	rivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.876.683	145.661	164.610	330.937	1.734.572	500.903
Passivos financeiros derivati	ivos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	(44.007)	(5.548)	-	-	(34.871)	(3.588)
	Fluxo de Caixa Esperado					
	31 de dezembro de 2012	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não der	rivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	2.614.175	211.733	148.721	293.524	1.400.113	560.084
Passivos financeiros derivati	ivos					
Swaps utilizados para hedge (USD)	(21.958)	(1.566)	(2.525)	-	(17.867)	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na nota explicativa 18. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

#### Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do exercício é apresentada a seguir:



# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

	2012	2012	
	2013	2012	
Total do passivo	3.970.725	3.565.173	
(-) Caixa e equivalente de caixa	429.045	304.965	
(-) Caixa restrito	42.034	26.550	
Dívida líquida	3.499.646	3.233.658	
Total do patrimônio líquido	2.668.882	2.509.189	
Relação da dívida sobre o capital	1,3113	1,2887	

#### Informações por segmento 29.

Em função de prestar unicamente serviços de transporte de carga na malha sudeste, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

A Companhia possui certo grau de dependência de seus principais clientes, composta especialmente por seus controladores. A receita por cliente está assim representada:

<b>Principais Clientes</b>	2013	2012	
VALE	1.417.319	1.413.046	
CSN	554.330	376.175	
MINERAÇÃO USIMINAS	208.349	195.368	
NAMISA	195.463	409.499	
USIMINAS	124.872	176.058	
GERDAU	92.340	67.514	
OUTROS	730.585	629.056	
	3.323.258	3.266.716	

A Companhia não presta serviços para clientes no mercado externo por possuir área de atuação delimitada à malha sudeste, conforme estabelecido no contrato de concessão.



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

#### 30. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	29 de dezembro de 2014	160.000	7.000
Responsabilidade civil		9 de fevereiro de		
	Cobertura contra danos causados a terceiros	2015	30.000	400
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de julho de 2014	45,000	150

### Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

### 31. Eventos Subsequentes

### Reunião do Conselho de Administração

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de março de 2014, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$ 73.222 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores (vide nota explicativa 22, letra "a").

\*\*\*



### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 Em milhares de reais, exceto quando mencionado

### Administração: Conselheiros e Diretores

### Conselho de Administração

Tufi Daher Filho Presidente

Alexandre Jacob Alves

Alejandro Daniel Laiño

Daniel dos Santos Junior

Fabio Costa Brasileiro da Silva

Hélio Cabral Moreira

Humberto Ramos de Freitas

Paolo Felice Bassetti

Paulo Roberto Perlott Ramos

Rosana Passos de Pádua

### Membros da Diretoria Executiva

Carlos Henrique Waack

Diretor Presidente, Comercial e de Operações

Alexandre Fleischhauer

Diretor de Engenharia e Manutenção

Félix Lopez Cid

Diretor de Recursos Humanos e Gestão

Fabrícia Gomes de Souza

Diretora de Finanças, Desenvolvimento e Relações com Investidores

### Demais Diretores não integrantes da Diretoria Executiva

Henrique Rocha Martins

Luiz Gustavo Bambini de Assis